

0 Esp
11/2/97
02

2

JOSÉ GOLDEMBERG

A Convenção do Clima em 1997

A Assembleia Geral das Nações Unidas deve realizar, em meados do corrente ano, uma sessão especial para avaliar os progressos feitos desde 1992 na adoção de um modelo de desenvolvimento que seja sustentável e não predatório.

Na agenda terá prioridade uma análise do que ocorreu com a Convenção do Clima assinada em 1992 no Rio de Janeiro por mais de

150 países e cuja implementação está se revelando problemática. As grandes nações industrializadas têm se mostrado pouco dispostas a fazer qualquer sacrifício para impedir que a temperatura do planeta aumente e estão começando a adotar estratégias que acabarão por lançar sobre os países em desenvolvimento a responsabilidade pelo que possa ocorrer com o clima nas próximas décadas.

As razões para o rumo que tomaram os acontecimentos a partir de 1992 já eram previsíveis, uma vez que as decisões tomadas na época eram gerais demais e baseadas em medidas voluntárias e unilaterais. No fundo, o que se decidiu em 1992 foi adiar para o ano 2000 qualquer medida efetiva, o que agradeu a gregos e troianos. Os países em desenvolvimento não aceitaram nenhuma limitação nas suas emissões de gases que provocam o aquecimento da Terra e os países industrializados — os principais emissores — concordaram apenas em não aumentar suas emissões — meta essa que não conseguiram cumprir.

Quais são as razões pelas quais isso ocorreu?

■ Em primeiro lugar, o início de uma duradoura crise econômica, devida a modificações estruturais na economia mundial, levou o índice de desemprego a



Metas para o ano 2000 não serão atingidas e novas serão projetadas para 2020

níveis sem precedentes e à consequente redução de verbas para a proteção ambiental;

■ A resistência crescente de países produtores de petróleo e carvão, que se organizaram para bloquear a implementação da Convenção do Clima mobilizando até “dissidentes” entre os cientistas americanos;

■ A falta de compreensão do problema pelos países em

desenvolvimento, que não perceberam que são os mais vulneráveis e serão os mais atingidos por mudanças climáticas. Além disso, a insistência em jogar a responsabilidade sobre os países mais ricos e fazê-los pagar pelas consequências — apesar de correta — não resolve o problema que, pela própria natureza, só pode ser resolvido por meio da cooperação entre todos.

A consequência dessas divergências é que as metas acertadas para o ano 2000 não serão

atingidas e o que se começa a discutir agora é a adoção de novas metas para o ano 2020. A proposta apresentada pelos Estados Unidos em recente conferência preparatória, realizada em Genebra, é muito significativa, porque reflete o pensamento dominante não só naquele país, como também nos principais países da Europa.

A proposta é a de que se decida, a partir do ano 2010, quais as quantidades máximas de gases que poderão ser toleradas. Essa é uma boa forma de limitar as emissões, porque se poderá criar um mercado para as quantidades emitidas que poderão ser vendidas e compradas. Isso foi feito com sucesso nos Estados Unidos para as emissões de outros poluentes e funcionou satisfatoriamente.

Estabelecer tetos para emissões resultantes da queima de combustíveis fósseis não será fácil, porque será preciso concordar com cotas para cada país. Além disso, mais cedo ou mais tarde os países em desenvolvimento terão que reduzir suas emissões, porque a partir do ano 2015 estarão emitindo tanto ou mais que os países industrializados. A proposta ame-

ricana tem certamente isso em mente e, no fundo, adia qualquer solução para essa ocasião em que as consequências do “efeito estufa” serão evidentes e os países em desenvolvimento (principalmente China, Índia e Brasil) não poderão escapar de assumir quaisquer compromissos como o fizeram em 1992.

Até o ano 2015 — daqui a 20 anos! — a única proposta concreta é a realização de projetos conjuntos — nos países em desenvolvimento — que conduzam a reduções das emissões compensando as emissões dos países industrializados. Esses projetos, ditos de “implementação conjunta”, como o reflorestamento de áreas degradadas em florestas tropicais, poderiam ter algum sucesso, mas são vistos com suspeita generalizada porque, no fundo, perpetuam ou adiam providências que os países industrializados deveriam tomar nos próprios países.

Outra característica da proposta americana é que se recusa a aceitar qualquer medida de caráter global, como aumentar o preço do petróleo e seus derivados com taxas que permitiriam coletar recursos para promover alternativas energéticas ao uso do petróleo.

Presenciaremos no ano de 1997 intensas negociações sobre a Convenção do Clima, não só devido à sessão da Assembleia Geral da ONU sobre o desenvolvimento sustentável como também porque, em novembro, deverão se reunir todos os signatários da Convenção em Kyoto, no Japão, para adotar resoluções concretas que — esperamos — sejam mais ambiciosas e mais eficazes do que as propostas dos Estados Unidos.

O Brasil, que teve um papel de liderança nas negociações que levaram à Convenção do Clima em 1992, poderia voltar a exercer esse papel nas novas negociações, após um longo período em que se manteve praticamente omissa nesse processo.



■ José Goldemberg, professor, foi reitor da USP e ministro da Educação